



AESE

ESCOLA DE DIRECÇÃO
E NEGÓCIOS

Publicação: quinzenal
Director: J.L. Carvalho Cardoso
Editor e Proprietário: AESE
Impresso por: Cromaticamente
Depósito legal: n.º 21228/88
Preço: € 1

CORREIO DA AESE

24.º Ano

N.º 553, 15-3-2011

DOCUMENTAÇÃO

O MOVIMENTO OPERÁRIO ASCENDEU À CLASSE MÉDIA

As greves mais sonantes já não são feitas pelos mineiros. Sem necessidade de uma greve geral nem de barricadas, uma minoria pode fazer colapsar uma cidade. Têm esse poder os trabalhadores dos transportes ou de outros serviços essenciais, que em muitos casos são funcionários públicos. Mas a recessão enfraqueceu também os seus sindicatos, e pode ser o início de uma reforma laboral duradoura no sector público.

Os sindicatos têm naturalmente mais força onde existe uma grande concentração de assalariados. Noutros tempos, tal era o caso na siderurgia, nos estaleiros navais, nas minas... Agora, devido à enorme transferência de empregos para o sector dos serviços e ao crescimento dos serviços sociais, o maior patrão é o Estado. Por isso, o sindicalismo é mais forte no sector público.

Os únicos sindicatos que crescem

Num contexto geral de perda de filiados, os sindicatos, contudo, cresceram ou baixaram menos no sector público. Caso extremo é o dos Estados Unidos. Nesse país, a taxa total de filiação baixou de 20%, no início dos anos 80, para 12%, actualmente, mas entre os funcionários públicos tem vindo a subir. Pela primeira vez na história, desde 2009 que os sindicatos têm mais membros no sector público que no privado, apesar de este empregar 5 vezes mais pessoas. Hoje, a taxa é de 36,2% entre os funcionários públicos, contra um mínimo histórico de 6,9% entre os outros.

Em Espanha, onde a filiação nunca foi elevada, registou-se uma subida nos últimos anos, segundo os dados do Inquérito de Qualidade de Vida no Trabalho, do Ministério do Trabalho (não segundo os dados da OCDE). O progresso, de 16%, em 2003, para quase 20%, em 2008, foi muito mais forte no sector público - de 25,5% para 32,8% - que no privado - de 13,6% para 15,8%. Deste modo, ao longo desses cinco anos, os funcionários públicos passaram de um terço, para dois quintos do total de filiados.

Uma subida espectacular é a registada no Canadá, onde os funcionários públicos com cartão sindical passaram de 12% para 70% nos últimos cinquenta anos. Na Grã-Bretanha, os sindicatos perderam membros nos dois sectores desde o máximo de 1979, mas muito menos no público - de 82% para 56% - que no privado - de 44% para 15%.

De classe média

O predomínio dos funcionários públicos mudou os sindicatos. Já não são propriamente o movimento operário, pois receberam um forte contingente de membros da classe média. No dia 1 de Maio, é previsível que se vejam mais fatos e gravatas que fatos-de-macaco, pois nas fileiras sindicais há forte presença de professores e de pessoal administrativo.

Assim, nos Estados Unidos, o grupo de profissões onde existe a mais elevada taxa de filiação (37%) é o do ensino e bibliotecas. Por outro lado, os membros de sindicatos ganham em média 800 dólares mensais a mais que os não filiados, o que em parte é resultado

da acção dos sindicatos, e em parte reflexo da maior filiação em profissões melhor remuneradas. Por último, de acordo com o aumento do nível educativo geral, mais de 1 em cada 4 filiados nos sindicatos têm título superior.

Tendência semelhante se pode observar em Espanha, onde entre os filiados há uma enorme representação dos universitários e, sobretudo, dos salários médios e elevados. A taxa de filiação mais elevada (24%) é do pessoal administrativo, embora em segundo lugar estejam os trabalhadores não qualificados (22%). A dos técnicos e profissionais (19,8%) é igual à geral.

Trabalhadores mais favorecidos

A maior presença e força sindical no sector público traz outras consequências significativas. Em épocas de crise, as empresas podem obter concessões dos trabalhadores, que antes de tudo querem salvar o emprego. Assim, o sindicato alemão IG Metall aceitou um congelamento dos salários em 2009 e uma subida modesta de 2% em 2010. Outro exemplo é o referendo efectuado em Janeiro na fábrica da Fiat de Turim: os mais de 5000 empregados decidiram por maioria, e contra a posição de alguns sindicatos, aceitar a oferta da empresa (menos tempo livre e melhoria salarial muito limitada) para evitar o encerramento.

Os sindicatos podem ter mais sucesso quando negociam com o patrão que nunca irá fechar, o Estado. Efectivamente, em bastantes países, os funcionários públicos têm vantagens impensáveis para os companheiros do sector privado. Para começar, o pagamento costuma ser superior. Em Espanha, o ganho anual dos trabalhadores é de cerca de 21 900 euros, mas o dos assalariados da administração pública ascende a quase 27 000 euros (INE, *Encuesta Nacional de Estructura Salarial*, 2008). Em parte, deve-se ao facto de no sector público haver menos salários baixos: inferiores a 1010 euros mensais são apenas 9%, contra 35,1% no sector privado. Mas também por abundarem os bons salários: superiores a 2500 euros por mês são quase metade (47%) no sector público e só 13,5% no privado.

De qualquer forma, o que mais se destaca da escala salarial pública é uma *aurea mediocritas*, com remunerações não tão elevadas como no sector privado para os trabalhadores de nível superior e

menos desigualdade em geral. As maiores prerrogativas dos funcionários públicos estão mais nas condições de trabalho (horário laboral, férias, inamobilidade) e de reforma. É o que mais facilmente se pode obter de um patrão cuja capacidade de pagar pode ser grande, mas sempre dentro dos limites do orçamento do Estado. Sob a pressão de greves que podem provocar grandes transtornos, ou por acumulação de concessões graduais, os privilégios podem vir a tornar-se desproporcionados.

Por exemplo, no Brasil, os professores do ensino público podem ter até 40 dias livres por ano sem necessidade de justificações e reformar-se com a pensão integral a partir do momento em que cumprirem 30 anos de serviço (25 no caso das mulheres). Na Grã-Bretanha, segundo cálculos do *think tank* Policy Exchange, no termo da sua vida laboral, um empregado público trabalhou menos 23% em horas que um do sector privado, graças a dias livres, baixas por doença e greves. Na Grécia, até à recente reforma, muito combatida pelos sindicatos, os funcionários públicos não podiam ser afastados por «meras» razões de baixa produtividade ou de uma incompetência manifesta, e reformavam-se aos 58 anos.

Pobreza obriga

Em tempos de crise, as vantagens auferidas pelos funcionários públicos parecem uma ofensa comparativa aos olhos dos outros. Em 2009, tendo já sido declarada a recessão em Espanha (a variação do PIB era negativa desde o último trimestre de 2008) e com uma inflação muito baixa, de 0,8%, os salários do sector público subiram 3,8%. No ano passado começou a contenção salarial, mas não na contratação, pois os lugares da administração pública subiram 102 000 (+3,3%), enquanto os do sector privado diminuíram 282 000 (-2,26%).

Mas a diferença já não é tão grande como no princípio: a má situação dos cofres públicos acabou por afectar os salários do Estado. Houve cortes nos salários de funcionários públicos em países como a Irlanda, a Grécia, a Espanha, Portugal, e foram congelados nos Estados Unidos e Japão.

Os cortes vão prosseguir nos Estados Unidos, sobretudo por iniciativa de políticos republicanos, sempre menos favoráveis aos sindicatos, e com a companhia de alguns democratas.

O popular governador de Nova Jersey, Chris Christie, republicano, retirou 445 milhões de dólares ao financiamento dos 566 municípios do estado, obrigando-os a ajustar os seus quadros de pessoal. Efectivamente, os salários públicos tendem a aumentar quando existe dinheiro e a não baixar do nível alcançado. A *The Economist* (8 de Janeiro de 2011) refere-o num especial dedicado aos sindicatos do sector público, citando o exemplo de Buffalo, a segunda cidade do estado de Nova Iorque, que hoje paga a tantos empregados municipais como em 1950, apesar de ter metade da população de então.

Ofensiva anti-sindical

Além disso, as limitações orçamentais prepararam o ambiente para limitar o poder dos sindicatos. Em Ohio, o governador John Kasich quer proibir as greves de professores nas escolas públicas, como em muitos estados estão proibidas as de polícias ou bombeiros. É o mesmo princípio que se aplica há muito tempo na Alemanha, onde não são permitidas greves de funcionários públicos.

Cortes nas vantagens sindicais estão também a ser preparados em muitos outros lugares. Por exemplo, o governo regional de Madrid vai assinar um novo acordo sobre representação sindical na administração e nas empresas públicas, na sequência de uma lei orçamental que exige baixar a despesa da comunidade. Os delegados sindicais, que agora podem dedicar 75 horas mensais, a tarefas de representação, ficarão com 40. Aqueles que poderão dedicar-se a tempo inteiro à função sindical, passarão de 300 por sindicato para 100. As comissões de trabalhadores de empresa baixarão de 120 para 36. É imprescindível uma boa crise para que os sindicatos aceitem coisas assim.

Nos Estados Unidos existe uma espécie de ofensiva em estados com domínio republicano contra a influência política dos sindicatos - também os do sector privado -, que é quase exclusivamente a favor do partido rival. Em 16 estados, os republicanos preparam leis que exigirão aos sindicatos de funcionários públicos terem o consentimento expresso de cada filiado para a utilização do dinheiro da sua quota em campanhas políticas.

Todavia, o plano mais temido pelas organizações sindicais é o de pelo menos 10 estados que preten-

dem proibi-los de cobrar quotas obrigatórias aos não filiados abrangidos pelas convenções colectivas de trabalho que elas negociam. Tal medida, que já está em vigor em 22 estados, quase todos do Sul ou do Oeste, reduz fundos e implantação aos sindicatos. Os defensores desse plano defendem que a negociação colectiva não é um serviço público, nem um sindicato uma administração que pode recolher impostos, e que a contribuição obrigatória afugenta possíveis investidores. Os sindicatos replicam que, sem ela, os não filiados beneficiam da acção sindical sem contribuir para o custo, e que, onde não se admite, há menos convenções colectivas e salários mais baixos.

O peso das pensões

Essas são importantes frentes de batalha no conflito entre sindicatos e administrações públicas que a crise económica despoletou. De qualquer forma, no especial citado, a *The Economist* afirma que o principal assunto em cima da mesa é outro: as pensões. As conquistas dos sindicatos de funcionários públicos, afirma, provocaram entre outras coisas uma epidemia de reformas antecipadas que afecta muito as contas do Tesouro. A facilidade para se reformar jovem no sector público do Brasil, faz com que o custo das pensões, 12% do PIB, seja o mesmo que na Grã-Bretanha, apesar da média etária da população ser muito menor (29 anos, contra 39).

Mas a própria juventude do Brasil deixa uma maior margem que noutros países. Os estados norte-americanos somam 5 biliões [5 milhões de milhões] de dólares em pensões comprometidas e não apoiadas em fundos. Sete deles, segundo o Prof. Joshua Rauh (Northwestern University), terão esgotado as suas reservas para pagar pensões em 2020.

Os direitos adquiridos, embora tenham sido concedidos insensatamente, não podem ser anulados. A única saída reside em fazer com que os funcionários públicos ainda no activo descontem mais e se reformem mais tarde. É justamente o que já anunciou Chris Christie em Nova Jersey. Em Espanha, após uma disputa com o governo, os sindicatos admitiram o aumento progressivo da idade de reforma dos 65 para os 67 anos, e a ampliação do período de contagem até aos 25 anos de desconto, tanto no sector público como no privado.

De todas as reformas laborais, a das pensões seria a mais profunda, com efeitos a longo prazo.

OS SINDICATOS MAIS CONSERVADORES

Pelo seu nome, o National Education Association (NEA) dos Estados Unidos poderia ser uma ONG dedicada a promover a qualidade pedagógica. Na realidade, é o maior sindicato de professores do ensino público, com 3,2 milhões de filiados e um orçamento anual superior a 300 milhões de dólares.

Embora o nome seja o menos, neste caso está de acordo com a tática, comum entre estes sindicatos, de se apresentarem como defensores da escola e do bem público em educação. Naturalmente, apenas representam os interesses laborais particulares da sua agremiação, que por sua vez coincidem em parte com os das famílias ou da sociedade em geral. Ao fim e ao cabo, se os professores têm boas condições de trabalho, os seus alunos beneficiam mais com isso que o comprador de um automóvel, no caso de os operários que o fabricam se encontrarem na mesma situação.

Mas, sendo isso verdade, o certo é que os sindicatos de professores do ensino público são em quase todo o lado bastiões de imobilismo, defendendo a todo o custo os direitos adquiridos, com o princípio básico de promoção por antiguidade e emprego vitalício. Na expressão da *Economist*, dentro do sindicalismo no sector público são uma «guarda pretoriana» rigidamente oponente da concorrência, da avaliação pelo mérito e da remuneração flexível. Na Polónia mobilizaram-se ruidosamente contra a tentativa de obrigar os professores a dar mais de 18 horas semanais nas salas de aula. Na Grécia, já fizeram derrubar quatro ministros da Educação consecutivos que pretendiam submetê-los a avaliações periódicas.

«Tanto nos Estados Unidos como na Europa», afirma o semanário britânico, «é quase tão difícil recompensar um grande professor como despedir um inútil.» O distrito escolar de Los Angeles uma vez pretendeu afastar os sete piores dos seus 33 000 professores; teve de ir a tribunal e, dez anos e 3,5 milhões de dólares depois, conseguiu libertar-se de cinco.

Os sindicatos de professores são também os maiores inimigos da experimentação e da diversificação no ensino público. Declararam guerra às escolas públicas autónomas, as *charter schools* dos Estados Unidos ou as novas *free schools* da Grã-Bretanha, pois elas têm liberdade para escolher os professores que estejam sintonizados com o seu projecto pedagógico.

Ventos de mudança

Mas sopram ventos de mudança. A opinião pública já não considera tão facilmente que os sindicatos de professores estejam do seu próprio lado simplesmente por assim o dizerem. Nos Estados Unidos é significativo que um cineasta de esquerda, Davis Guggenheim, realizador de *Uma Verdade Inconveniente* (o filme sobre a alteração climática escrito por Al Gore), tenha criticado duramente os sindicatos de professores num documentário que efectuou sobre os males das escolas públicas. *Waiting for Superman* culpa-os de perpetuarem um sistema defeituoso que condena grande parte dos alunos de classes sociais modestas a um ensino de má qualidade.

Igualmente nos Estados Unidos estão a surgir novos passos para que a escala salarial dos professores esteja relacionada com a concorrência. Para isso contribuiu muito o programa de promoção educativa *Race to the Top*, que conta com uma substancial parte dos fundos do estímulo anticrise aprovado pelo governo federal. Para receber as ajudas, os estados, entre outras coisas, têm de avaliar os professores e remunerá-los em função disso.

Um projecto que está muito avançado é o de Hillsborough, um condado da Florida, neste caso favorecido com um subsídio da fundação de Bill Gates. Os professores serão avaliados anualmente de acordo com o progresso académico dos alunos e a opinião dos seus colegas. Aqueles que, com dados de três anos, obtenham boa pontuação, ganharão mais, e os que tiverem más notas, menos. Estes irão receber além disso formação complementar, mas acabarão despedidos se não melhorarem.

Acima de tudo, esta iniciativa está a ser implementada com a colaboração do sindicato de professores do condado, o que lhe propicia elevada probabilidade de sucesso. Não é um caso frequente. O NAE opõe-se sistematicamente a tais projectos. Pelo contrário, o American Federation of Teachers, o segundo sindicato nacional, tem-se mostrado mais flexível.

R. S.